



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº ESPECIAL V

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSC</i>	<i>Mauro Moraes</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL SOBRE A
REFORMA TRIBUTÁRIA
REALIZADA EM
26 DE MAIO DE 2003**

(*segunda-feira*)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados José Maria Ferreira e Geraldo Cartário.

Às quatorze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen, Waldir Leite e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO ESPECIAL

sobre a reforma tributária onde a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária, a Associação dos Municípios do Paraná e o Movimento Pró-Paraná, abordarão os efeitos em nosso Estado e as providências a serem tomadas.

É com a máxima satisfação que anuncio a composição da Mesa.

Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Osmar Serraglio, relator da CCJ da Câmara Federal; Exmo. Sr. Heron Arzua, secretário de Estado da Fazenda representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. deputado Reni Pereira, presidente da Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária; Exmo. Sr. Jonel Chede, vice-presidente do Movimento Pró-Paraná, repre-

sentando o Ilmo. Sr. Francisco Cunha Pereira Filho, presidente de honra do Movimento Pró-Paraná; Ilmo. Sr. José do Carmo Garcia, presidente da ABM - Associação Brasileira dos Municípios e prefeito do município de Cambé; Ilmo. Sr. Joarez Lima Henrichs, presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná; Exmo. Sr. deputado José Maria Ferreira, 1º secretário da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa.

Queremos também cumprimentar os Exmos. deputados federais: Luiz Carlos Hauly, Max Rosenmann, Eduardo Seara, Gustavo Fruet, pelo prestigiameto a esta Sessão e às demais autoridades que se fazem presentes nesta Sessão de hoje.

(**Lê**):

“Tenho a satisfação de dar início a esta Sessão Especial sobre a reforma tributária, agradecendo a presença de autoridades, representantes da sociedade civil e técnicos que atenderam ao nosso convite.

No momento em que o Congresso Nacional começa a debater a reforma do sistema tributário, nos reunimos para buscar o consenso em torno de uma contribuição paranaense ao projeto do governo federal.

Quero lembrar que já há dois anos, em abril de 2001, também nos reunimos nesta Casa, antecipando a discussão sobre o tema da reforma tributária.

Na ocasião, já nos preocupava a partilha do principal tributo de natureza estadual, o ICMS, pelo que endossamos a proposta de emenda constitucional de autoria do deputado Gustavo Fruet, sobre a mudança na forma de cobrança do ICMS da energia em favor dos Estados produtores (entre eles o Paraná) - removendo uma discriminação gritante contra o Paraná.

A proposta de reforma tributária que o Poder Executivo oferece agora ao Congresso, no geral favorável à atividade econômica e ao contribuinte, infelizmente reproduz a mesma distorção da Constituição de 88. Na prática, a balança que mede a riqueza nacional transformada em tributos tem dois pesos.

Para o conjunto de bens e serviços afetados pelo ICMS é mantido o princípio geral de tributação no Estado de origem. Mas no caso da energia, petróleo e derivados, o imposto será recolhido em favor do Estado de destino. A discriminação fica mais evidente porque, para o gás natural, foi adotada a partilha do tributo recolhido entre o Estado produtor e o consumidor desse bem.

Outros pontos do projeto têm merecido reparo de parlamentares e analistas, entre eles a necessidade de garantir - no próprio texto da Constituição - um fundo para compensar a renúncia fiscal dos Estados exportadores, como o Paraná.

Essas e outras questões de igual importância deverão ser expostas e debatidas nesta sessão, tanto em vista o interesse de nossa sociedade quanto da defesa do pacto federativo. O aspecto fundamental é este: o Paraná, um dos Estados que mais contribuem para a geração de

riquezas e divisas dentro do Brasil, tem agora a oportunidade de ver reconhecida essa condição na forma de uma participação justa no bolo tributário nacional.

Por isso organizamos esta Sessão, através da Comissão Externa da Assembléia Legislativa sobre a Reforma Tributária, com o apoio de lideranças e entidades. E aqui gostaria de destacar a participação da Associação dos Municípios do Paraná e do Movimento Pró-Paraná.

E aqui cabe ressaltar a presença do deputado federal Osmar Serraglio, relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Temos notícia de que, em seu relatório, o deputado paranaense propõe a correção dessa distorção no tema da tributação da energia. O parecer do deputado Serraglio, sobre o qual ele terá a oportunidade de expor, caminha na direção da unificação na cobrança do ICMS na origem, proposta que significa a correção de uma injustiça já histórica.

Nossas expectativas são as melhores: que os trabalhos desta tarde tragam novas contribuições, a serem encaminhadas aos deputados federais paranaenses, de forma a contribuir para que a reforma tributária seja realizada sob os imperativos da justiça federativa e da busca do bem comum.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência tem a mais elevada satisfação de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Reni Pereira, presidente da Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária que falará em nome da comissão.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhor Jonel Chede, vice-presidente do Movimento Pró-Paraná, senhor secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, Sr. Joarez, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, demais autoridades componentes da Mesa aqui presentes, senhoras e senhores deputados, senhores membros da imprensa.

(Lê):

“Ao assumirmos os encargos inerentes à Presidência da Comissão Parlamentar Externa sobre a reforma tributária, sabíamos que tínhamos pela frente uma tarefa de alta complexidade e de grande responsabilidade. Com o passar dos dias e das discussões ocorridas, tanto no âmbito regional, quanto em termos nacionais, verificamos que a tarefa era ainda mais grandiosa e difícil, tornando nossos objetivos mais complexos. Entretanto, ao mesmo tempo, estamos nos fortalecendo para defendermos uma verdadeira reforma que atenda aos anseios da nação, sem que isso implique na quebra do pacto federativo ou na manutenção de injustiças históricas, como é o caso da tributação de energia elétrica no destino.

Para o cumprimento de tal mister, estamos contando com as inestimáveis participações de parlamentares consagrados, cujas folhas de serviços ao Paraná, são

o testemunho do seu valor: deputado Durval Amaral e José Maria Ferreira, além da sempre firme e serena direção proporcionada pelo nosso presidente Hermas Brandão. Também, por justiça, devemos citar e agradecer aos deputados federais paranaenses que participaram da Comissão Especial da Câmara que trata de reforma: deputados Luiz Carlos Hauly, Paulo Bernardo, Max Rosenmann, André Zacharow e Eduardo Sciarra, além do relator na CCJ, deputado Osmar Serraglio. O movimento Pró-Paraná e a Associação dos municípios do Paraná, igualmente somam-se aos representantes eleitos na busca da justiça fiscal.

Hoje, também inserimos neste processo, as entidades representativas dos setores produtivos, que precisam ter seus reclamos analisados e atendidos, para que o emprego e a renda deixem de ser apenas um discurso e passem efetivamente a ser parte do dia-a-dia do cidadão, extirpando da sociedade a fome e a miséria, que tanto nos envergonha.

Os fundamentos da proposta apresentada pelo governo federal concentram-se nos argumentos de que “o Brasil necessita dessa reforma estrutural para elevação de sua eficiência econômica, estimulando a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e renda”. Para atingir a almejada reorganização do sistema, lança-se mão da progressividade que, não obstante ter um conteúdo de alcance social, pode, segundo Ives Grandra, ensejar uma inconstitucionalidade indireta, visto que a regra da capacidade contributiva estaria sendo maculada; o modelo também estaria ampliando o universo de contribuintes, de forma a aumentar o ônus tributário já que teríamos menos evasão tributária e menos informalidade, além do novo tratamento dos benefícios fiscais, com avanços para o equilíbrio concorrencial.

Notória foi a percepção de que o ICMS - originalmente de competência dos Estados, sofreu o maior número de modificações, estando o seu funcionamento, pelas alterações colocadas, salvo melhor juízo, em dissonância com os postulados das chamadas cláusulas pétreas da Constituição Federal, especialmente quando retira das Assembléias Legislativas dos Estados a competência para instituir o “novo ICMS”, colocando-as como meras homologadoras da legislação federal, sendo que tal constatação requererá de todos os interessados profundas reflexões sobre o andamento da proposta, além, é claro, do aparente desprezo pela adoção de uma carga tributária menor, conjugada com uma ampliação real do universo de contribuintes, já que textualmente a exposição de motivos reza que “torna inconveniente realizar uma reforma que reduza os níveis de arrecadação da União, dos Estados ou dos municípios”.

Assim, senhoras e senhores, devemos envidar todos esforços para que a reforma do sistema não seja - nos dizeres de Roberto Campos - “apenas o aperfeiçoamento do obsoleto”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Joarez Lima, presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

O SR. JOAREZ LIMA HENRICHS

Senhor presidente deputado Hermas Brandão, demais deputados e deputadas desta Casa de Leis, tão brilhantes de nossa Nação e do Estado do Paraná. Saudando o deputado Hermas, saúdo as demais autoridades já nominadas.

Gostaria de ressaltar que acho que em nome de todos os prefeitos e prefeitas deste Estado, não faremos um discurso que fizemos por escrito, mas faremos um apelo às nossas lideranças do Paraná, para ver de fato a situação dos municípios do nosso Estado.

Por isso, gostaria de cumprimentar o deputado Osmar Serralho e em nome dele, os deputados Haully, Sciarra, Marques, Gustavo e André Zacharow, pessoas dignas e de respeito. O reconhecimento dos prefeitos e prefeitas do Paraná, pelo brilhante trabalho que têm desenvolvido em prol da reforma tributária, política, trabalhista e da previdência.

Ao secretário Heron e ao Sr. Arruda, quero fazer um agradecimento especial, em nome de todos os prefeitos, pela ascendência da competência e por terem defendido tantas iniciativas importantes, a nível de Brasil, nas quais irão refletir do menor município até o maior.

Ao deputado Reni, presidente desta Comissão, ao Zé Maria e ao Durval, pela iniciativa, força e, principalmente pelo apoio à causa municipalista.

Ao Pró-Paraná, em nome do seu vice-presidente, Geanel, o nosso abraço e agradecimento por ter compreendido e entendido que, separados somos fracos, mas juntos - a Assembléia e a Associação Pró-Paraná e a entidade - teremos muitos resultados.

Ao Zé do Carmo, presidente da ABM e prefeito de Cambé, que tem uma missão importante, brigar pelas causas municipalistas, à frente da Associação dos Municípios Brasileiros, onde estamos carentes de lideranças que façam a diferença. Estamos apostando no Zé.

Gostaria de dizer a todos os senhores deputados aqui presentes, que ao invés de ler um discurso, eu queria pedir um apoio todo especial às propostas que a Associação dos Municípios do Paraná tem feito. Os municípios estão à beira da falência. Não temos mais como administrá-los.

Fazer um alerta aos futuros administradores ou àqueles que pretendem administrar futuros municípios, que pensem duas vezes, porque a forma de administração municipal está com os dias contados. Se não houver um pacto federativo de verdade e de fato, em menos de 20 anos os municípios do Paraná e do Brasil serão muito piores do que os municípios da Argentina, na qual moramos, do outro lado da rua.

Eu queria fazer este apelo a todas as pessoas arrojadas e determinadas, como os nossos deputados federais, que em momento algum se impuseram ou foram contra a iniciativa dos prefeitos paranaenses.

Quero dizer aos deputados estaduais, que há necessidade muito grande de fazer essa reforma. A forma que o governo federal encaminhou ao Congresso não reflete absolutamente nas contas municipais. Ao contrário, só os encargos vêm para os municípios. E nós queremos dizer hoje aqui, publicamente, que os prefeitos do Paraná estão unânimes, abrindo mão daquilo que o governo federal encaminhou para o Congresso, para a reforma tributária para o ITR.

Nada mais justo que neste país se crie um fundo para a reforma agrária ou para o combate à fome zero. E queremos abrir mão desse recurso para que ele se destine para um fundo. O que não é justo é querer passar o ITR que para Barracão representa nove mil reais ao ano, em detrimento do que temos direito, por exemplo, do CPMF que estamos pleiteando 22,5% daquilo que é nosso. E, para isto, justificamos os municípios - a União, em 91, arrecadava menos de 53%. Em 2001, dados da Fazenda, a União arrecada mais de 59% dos tributos nacionais. Os Estados em 91 tinham uma Receita de 28.71 - em 2001 tem uma Receita de menos de 25%. Olhe os municípios aonde vive a população! Em 91 tínhamos acima de 17% do bolo tributário. Hoje são menos de 14%. Esta a razão, o caos que os municípios estão vivendo. São dados da própria Receita Federal e do Banco Central e do Ministério da Fazenda.

É por isso que pedimos aqui um apoio todo especial, na liderança do deputado Hermas Brandão; na liderança dos deputados federais Osmar Serraglio, Haully, Sciarra, Max, André, Gustavo, no sentido de sensibilizar aquilo que de fato deve ser essa mudança. E na liderança do deputado Reni que a gente possa, de fato, do Zé Maria e Durval, essa comissão fazer a diferença e fazer um pedido especial aqui aos prefeitos e prefeitas, àquele que de fato não quer ir embora do seu municípios e que se preocupa, devemos unir forças, mas não podemos mais olhar somente para o nosso umbigo. Ao contrário, temos que ser gerentes de uma empresa que a LRF veio determinar, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nada mais que ela ter que no máximo, empatar, e não pode ter prejuízo. Agora não podemos administrar em detrimento de outros.

Vou dar um exemplo, o município de Barracão, um município de 50 anos, tem uma Receita de 260 mil reais/mês, com um Orçamento de 5 milhões e 800 ao ano. É humanamente impossível você cumprir aquilo que o povo exige, aquilo que o povo tem necessidade.

Portanto, este apelo é que a gente possa, dentro das propostas da Associação, Pró-Paraná, Assembléia Legislativa, as nossas lideranças, que haja de fato, mais do que nunca, um empenho na questão da energia e do petróleo. O Paraná perde mais de 600 milhões de reais. Consequentemente, nós, municípios, perdemos com isto.

A questão do IPTU, ITBI, a questão do IPVA, nada mais justo que os municípios arrecadem mais que 50% desse tributo. A questão do ISS, a grande reforma que o governo federal encaminhou, beneficia praticamente só as capitais, aonde foi resolvido o problema do ISS, que hoje por exemplo, capitais aonde o FPM no Paraná representa em torno de 88% dos municípios, na capital o FPM é a sexta Receita.

A questão do ITR e a devolução para o governo federal, em contrapartida, buscamos os municípios que tenham parcela na contribuição do CPMF. Nada mais justo.

A questão do ICM nós buscamos. Sabemos que o secretário Heron, e os demais secretários e governo, a dificuldade nas finanças públicas, mas nada mais justo que uma lei complementar venha beneficiar os municípios, não com apenas 25% do ICM recolhido no seu Estado, mas que seja, pelo mínimo, a cifra de 30% dos valores arrecadados em cada Estado.

A questão polêmica dos royalties - há uma questão de pujança, de buscar uma iniciativa, de uma alternativa aonde a questão do ICMS, da energia e do petróleo vai beneficiar os 399 municípios. Nada mais justo, senhores deputados, que haja uma redistribuição, ou senão, haja uma reforma de distribuição dos recursos do ISS do pedágio, dos royalties dos municípios e que haja, de fato, uma contribuição para todos os municípios do Paraná!

FPM. Buscamos uma participação, ao invés de 22,5% que seja de, no mínimo, 27%.

Pasep. É humanamente injusta a cobrança do Governo Federal. Isso já vem ocorrendo há anos, e esse recurso não é devido pelos municípios, de maneira nenhuma! Vimos hoje centenas e centenas de municípios do Paraná e do Brasil, tendo os seus recursos bloqueados em cobranças indevidas do PASEP.

A questão do Estado, queremos buscar apoio dos deputados na questão da distribuição do ICM Ecológico. Nada mais justo de quem tem, e merece o município que tem ICM Ecológico. O que não é justo é tirar só dos municípios. Acho que o Estado deve participar da distribuição do ICM Ecológico, hoje a lei só divide a miséria! Barracão não tem o ICM Ecológico, mas paga por ele! Então, é justo que 2,5% os municípios dividam a conta, e 2,5% o Estado divida a conta do ICM Ecológico.

A questão da isenção do ICM na compra de veículos e máquinas, os municípios estão no desespero! Temos nos municípios do Paraná, 79% do setor rodoviário tem acima de 25 anos! Quem é deputado e foi prefeito sabe disso, o quanto custa a máquina!

A questão da isenção do ICM pode refletir pouco, mas quero fazer um pedido aqui ao secretário Heron. Tão brilhante a sua cabeça, beneficiou centenas de empresas neste Paraná; nos orgulhamos de ter o Heron como secretário da Fazenda, mas queremos fazer um pedido em nome dos prefeitos e prefeitas paranaenses. Nada mais justo, nada mais social para uma prefeitura, que houvesse a isenção da cobrança de ICM. É pouco, mas representa

muito na conta dos municípios a cobrança do ICM da energia e da telefonia. Nada mais justo também os municípios serem contemplados nisso. É mais fácil cobrar do município porque você bloqueia, você desconta o Estado e a União.

Queremos fazer um apelo neste sentido e quero dizer a todos os meus prefeitos, a quem represento, não estamos fazendo pedido em detrimento de nenhum município, de maneira nenhuma! Queremos achar uma solução justa para que haja o pacto federativo. Se não houver, nada disso adianta; nada adianta nos reunirmos, marcarmos reunião se não houver coragem dos homens e mulheres públicos que querem ver o povo melhor! E só vê o povo melhor aquele que de fato entrar na terceira onda, que nada mais é do que a qualidade de vida. E a qualidade de vida está onde? Está na população, na família, na cidade, não está no Estado e nem na União!

Por isso, pergunto a todos vocês, para encerrar, se alguém viu num caixão se existe gaveta quando alguém morre?. Não existe gaveta, ninguém leva nada depois que morre! Ao contrário! Os outros ficam brigando por aquilo que você deixou! Por isso a qualidade de vida, a pujança, a melhoria de vida do meu cidadão barroconense, dos paranaenses, do Brasil, está no pacto federativo, está na reforma tributária, na reforma da Previdência, e, especialmente, na reforma política! Não tem mais como ter eleição a cada dois anos! É humanamente impossível homens e mulheres sérios deste País admitirem eleição a cada dois anos. O Paraná - levantamos o número, deste dado esta semana - gastou 400 milhões agora na última eleição. Quanto gasta este País em cada dois anos? E a LRF diz o seguinte: "nenhum administrador público pode fazer qualquer dívida se ele não tiver o recurso em caixa". E eu desafio a qualquer um: quem é que tem recurso em caixa para fazer dívida ou fazer uma obra para poder deixar para o próximo?

Por isso, esse apelo de todos os prefeitos e prefeitas do Paraná!

Que Deus dê uma grande bênção e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Ilustríssimo senhor Jonel Chede, vice-presidente do Movimento Pró-Paraná e representando o senhor Francisco Cunha Pereira Filho, presidente de honra do Movimento Pró-Paraná.

O SR. JONEL CHEDE

Senhoras e senhores.

Permitam-me em primeiro lugar, saudar as autoridades da Mesa e os participantes desta Sessão, convocada pela Assembleia Legislativa, com a participação da Associação dos Municípios e da sociedade civil paranaense representada pelo Movimento Pró-Paraná.

O assunto que será debatido - reforma tributária, interessa a todos. À sociedade, que deseja a melhor aplicação dos impostos que recolhe para os fins sociais e o

desenvolvimento. Ao poder público, empenhado no aperfeiçoamento de um sistema que permita ao Brasil competir em igualdade com outras nações.

Para os paranaenses o tema é da mais alta importância, porque, além destes aspectos gerais da maior relevância, a reforma tributária surge como a oportunidade para corrigir uma discriminação que atinge o Paraná: o recolhimento do ICMS sobre o conjunto de bens e serviços é feito na origem, enquanto para a energia elétrica, petróleo e derivados, tal incidência beneficia o Estado do destino.

Este casuísmo, que representa perda anual de mais de 600 milhões de reais para a sociedade paranaense, não pode ser mantido, por violar o princípio federativo - como ponderou o eminente deputado federal Osmar Seraglio, relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Ao deferimento a mudança dessa regra injusta e discriminatória contra o Paraná, lembramos que no passado também sustentamos unidos bandeiras que, à primeira vista, pareciam utópicas mas afinal - após anos de luta - se tornaram vigorosa realidade.

Por isso, é oportuno este encontro de iniciativa do presidente Hermas Brandão e da Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária. Ele nos permite manifestarmos o mais vivo apoio à valorosa bancada federal, em sua defesa intransigente dos interesses maiores do Paraná, que tem manifestado disposição em cerrar fileiras em defesa dos interesses do nosso Estado, solidárias às autoridades estaduais e municipais e a todo povo do nosso Estado, que em muito contribui para o engrandecimento do nosso pujante Estado.

Cumprimentando a todos, asseguramos que o Movimento Pró-Paraná está empenhado na luta comum dos paranaenses por uma reforma que promova a justiça, e ao mesmo tempo, atenda os interesses do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Temos a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Heron Arzua, secretário da Fazenda, representando o senhor governador Roberto Requião.

O SR. HERON ARZUA

Senhor presidente da Casa, senhores deputados, meus companheiros e demais ouvintes.

O tema, aqui, seria reforma tributária mas já sei que a maioria está convicta do modo e da forma como está sendo encaminhada não só a reforma tributária, mas também a reforma previdenciária.

Nós, secretários da Fazenda, que compomos este órgão denominado de Confaz - Conselho Nacional de Secretários da Fazenda e Finanças, participamos a respeito dos primórdios das duas reformas. Mas, especificamente da reforma tributária, algumas premissas foram colocadas pelo Ministério da Fazenda. É só uma história de saber por que chegamos nessa proposta.

A primeira delas: não haveria mexida na partilha tributária entre os entes federados. Nem entre os entes federados dos diversos graus, como também, entre si, não haveria, a nível de proposta de Constituição, uma modificação nessa estrutura de partilha. Aí a justificativa de que por que a emenda mantém a energia e os combustíveis como receita do Estado do destino, onde a mercadoria é consumida. Aí, por exemplo, se justifica porque não se mexeu, também, na questão dos tributos municipais. Porque, como os senhores sabem, uma das reformas ou alguns reformistas, propõem que o ISS passe a integrar a base do ICMS para que ele se torne um grande imposto sobre o valor agregado. Isso também não foi feito.

Segundo plano: a reforma deveria atender ao pressuposto da progressividade no que diz respeito aos impostos patrimoniais. Esse é um princípio, aliás, que consta de todas as propostas do Partido dos Trabalhadores: uma ênfase maior na tributação do patrimônio e com diminuição da tributação do consumo. Daí os senhores analisarem, no corpo da proposta, a progressividade de que está sendo adotado o ITR - o IPTU já é - o Imposto de Transmissão *Causa Mortis*, Imposto de Transmissão Intervivos. E também aquela modificação do imposto sobre grandes fortunas que passará a ser legislado, "por medida provisória" e não mais por lei complementar, também dentro desse novo perfil.

A outra novidade diz respeito a alguns pontos que o governo considera essencial para uma reforma tributária, e que já é proposta antiga de se retirar - parte ou todo da contribuição previdenciária da folha de salários e colocar no faturamento ou no valor agregado. Percebe-se que o valor agregado como base tributável, vem perdendo expressão nos últimos anos em função dos inúmeros tributos que estão incidindo sobre ele. O Brasil, talvez, seja o único país que hoje tenha cerca de quatro ou cinco impostos sobre o valor agregado.

O Conselho de Secretários mostrou ao Governo Federal da conveniência de que não tivéssemos tanto imposto sobre o valor agregado. Hoje temos o IPI, o ICMS, o PIS, o Confis que vem vindo, e mais esta proposta da contribuição previdenciária. Então, na verdade, seriam cinco tributos que incidiram sobre o valor agregado. Aí há uma discussão, mas este ponto não foi enfrentando de logo, porque outra permissão colocada foi a seguinte: todo ponto polêmico, todo ponto que não pudesse sair do consenso do presidente, do governo federal, dos governadores e dos prefeitos, então seria adiada para uma próxima etapa. Adiaríamos grandes polêmicas para a feitura da lei complementar. E, numa próxima reforma, talvez, isso fosse resolvido. Daí explica o porquê de várias posturas que foram adotadas, inclusive o porquê o Governo Federal não mexeu na questão do destino e da origem.

O Brasil, como os senhores sabem, adotou um sistema misto: um pouco fica para o Estado de origem, um pouco para o Estado do destino, com exceção de dois insumos: a energia elétrica, e os combustíveis. Só que a

energia elétrica e os combustíveis representam cerca de 40% da arrecadação na maioria dos Estados brasileiros. Portanto, já temos grande parte das nossas mercadorias, daquelas que importam em termos de arrecadação no destino.

O Paraná tomou a seguinte posição: queremos origem, ou misto como é hoje, tudo no destino, desde que seja para todas as mercadorias, que não haja distinção. Isso é aceito pelo Governo do Paraná. No entanto, não foi essa a senda que se percorreu e por isso temos esses tópicos colocados na reforma tributária. O Governo Federal considera que não é hora de se fazer aquelas propostas ideais, que todos almejávamos, de uma racionalização maior do sistema tributário. Esta é a reforma possível. Há no bojo da reforma, uma federalização indireta do ICMS, quer dizer, os Estados estão perdendo a competência legislativa para criar o ICMS, esta Assembléia não vai mais poder legislar sobre o ICMS. E o Poder Executivo de todos os Estados, está perdendo a faculdade constitucional, o poder constitucional de regulamentar o imposto. Por quê? A lei complementar no texto da reforma será única. E a regulamentação também será única pelo órgão composto por representantes de cada Estado.

Com isso, autonomia legislativa dos Estados fica parcialmente amputada, porque a Assembléia só vai poder instituir o imposto nos termos da lei complementar e o Poder Executivo, perde a faculdade de tirar qualquer ato normativo, qualquer lamentação sobre esse imposto. Qual é o princípio que está por trás disso, de que o ICMS na verdade é um imposto que atinge amplamente todo o consumo, toda produção, todas as etapas da circulação de mercadoria, deveria ser federal. Como não é possível no Brasil, pois ele é um imposto que é entregue à competência dos Estados, então optou-se por uma legislação uniforme, uma regulamentação única e uma redução do número de alíquotas com finalidades. Primeiro: acabar com a guerra fiscal, acabar com a utilização do ICMS como instrumento de política industrial, segundo: simplificar o imposto, a fim de que não tenhamos mais 27 legislações, 27 regulamentos e o imposto possa ser mais facilmente compreendido pelos contribuintes.

Esta reforma portanto, é originária de um diagnóstico, que optou por entender que esses temas são no momento super importantes.

Basicamente essa é a explicação dos termos em que a reforma está posta. Aqueles assuntos mais difíceis, como se a arrecadação deve pertencer ao Estado de origem ou do destino, ficam postergadas. Elas são mantidas no texto constitucional, mas com possibilidade de, no futuro, haver essa modificação.

Segundo os economistas, pela mesma razão você desonera as exportações, você tem que entregar o produto do imposto ao Estado do destino. Seria a única forma de fazer com que os Estados exportadores se aliassem ao esforço do Governo Federal, no incremento das exportações. Por quê? Porque no atual estágio da situação presente do ICMS, os Estados exportadores são

naturalmente inimigos da exportação. Toda essa movimentação enorme dos nossos produtos primários em direção ao exterior, não traz um tostão ao fisco do Paraná, não traz um tostão ao erário do Paraná, ao revés, traz um ônus que é devolver os créditos oriundos das compras dos insumos e das matérias primas, normalmente feitos em outros Estados. Para o Paraná é tão importante a questão da energia, como a questão dos fundos compensatórios.

Já existe a nível constitucional, o Fundo de Compensação do IPI das exportações dos produtos industrializados feitos por intermédios da arrecadação do IPI. Isso já vem de muito tempo. Também está se pleiteando, já que estamos desonerando integralmente as exportações que também haja, a nível constitucional, Fundo de Compensação, senão os secretários do Paraná, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso sempre irão preferir que empresas exportadoras não se instalem em seus territórios.

O Paraná deve hoje, para os seus contribuintes exportadores cerca de R\$400 a R\$500 milhões de reais. Um imposto que o Estado não tem condições de honrar, apesar de haver um Fundo de Participação a nível de lei complementar, mas que praticamente reembolsa cerca de 20% do imposto.

Se o Governo Federal estiver efetivamente interessado no incremento das exportações, ele vai ter que solucionar de uma forma ou de outra esse assunto. Aliás, foi apontado no relatório do deputado Osmar Serraglio, como um dos problemas que não estão resolvidos nessa reforma a nível constitucional.

Portanto, essa questão da exportação é importante para o Paraná, e lembramos que a Lei Complementar nº 87 que desonerou os produtos primários da incidência de ICMS, trouxe como consequência uma atenuação ao esforço de industrialização dentro das fronteiras brasileiras.

O Paraná desmontou vários dos seus negócios agroindustriais e passou a exportar matéria-prima.

Essa fila de caminhão que fica aqui, de Curitiba a Paranaguá. Para exportar soja, não deveria ser motivo de muito orgulho para nós. Estamos exportando só produto da nossa terra, só a matéria-prima, só o insumo, não estamos agregando valor a essas exportações. Um dos equívocos, penso eu, pode ter sido a desoneração em 1987.

Naquela época houve essa desoneração, em razão do câmbio fixo que tínhamos, que estávamos com o problema de 1 dólar para 1 real, e na necessidade de dar maior valor aos nossos produtos, maior crédito aos nossos exportadores, o Governo Federal usou a isenção do ICMS como instrumento de fortalecimento da exportação. Então essa é uma questão que tem que ser pensada. Se não houver a tributação, das commodities pelo ICMS, então o Governo Federal tem que pôr em ação o seu imposto de exportação, que é o instrumento regulatório do comércio exterior, para evitar que continuemos a exportar tão só matéria-prima.

Esse é um assunto que está colocado na reforma tributária e vai ser diferido, também, para a lei complementar.

Outros pontos da reforma tributária, penso que os senhores já conhecem é uma reforma que não é tão ampla assim. Houve muito debate sobre a constitucionalidade da reforma o deputado Osmar Serraglio enfrentou. Existe uma corrente que diz que retirar das Assembleias Legislativas o poder de regulamentar das mãos do Governo, do Poder Executivo, feriria a Federação. Nós estamos amputando uma competência legislativa, porque quando a Constituição diz: compete aos Estados instituir o ICMS, ela está na verdade, dando o Poder Normativo, o poder de legislar sobre esse tributo.

E essa reforma corta prontamente tanto a atuação do Poder Legislativo Estadual como do Poder Executivo Estadual e entrega a uma lei complementar, que é uma lei nacional feita pelo Congresso Nacional, e a sua regulamentação a agentes administrativos, representantes dos governadores, que eu lembro não são eleitos pelo povo e nunca tiveram poder regulamentar. Então, essa é uma faceta que se propõe, que é algo novo, é um modelo novo de federação. Afinal de contas, dizem os programáticos: “o que vale não é o que está escrito na Constituição, mas sim o que o Supremo Tribunal Federal diz que está escrito na Constituição” e se o Tribunal disser que isso está certo, não há que se discutir mais pacto federativo ou federação.

De qualquer maneira, encerrando a minha participação, fiz um aviso aos prefeitos na época, em uma reunião que tivemos, que está mudando a questão da participação dos municípios no ICMS, que está se tirando um valor agregado que hoje é o componente principal desta distribuição para critérios a serem definidos em lei complementar. Então, em termos municipais, na questão da distribuição do ICMS, haverá uma revolução fiscal muito maior do que dos Estados. Municípios como Foz do Iguaçu e Araucária, por exemplo, penso eu, devam perder significativamente a arrecadação em prol dos demais municípios, porque são critérios que deverão levar em conta: renda, população, território e valor agregado. Isso tem passado despercebido da maioria das pessoas que tratam desse assunto, do foco dessa reforma.

Acho que seria isso, senhor presidente, fico à disposição para maiores esclarecimentos, se for o caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

É com a máxima satisfação que esta presidência concede a palavra ao Exmo. Sr. deputado federal Osmar José Serraglio, relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.

O SR. OSMAR SERRAGLIO

Senhor presidente desta Casa de Leis; senhores integrantes da Mesa, Exmo. Sr. secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua; senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores deputados federais que aqui nos

orgulham com as suas presenças, meus amigos paraense, senhores prefeitos.

Quero dizer, que com muito orgulho assumi esse encargo junto à Comissão de Constituição e Justiça de servir como relator de uma reforma que foi muito bem posta, aqui, pelo nosso secretário da Fazenda.

Temos certas premissas, premissas que nos balizam e que nos fazem de alguma forma sermos, é bom que se diga, contidos na euforia de procedermos, eventualmente àquelas mudanças todas que aqui foram preconizadas pelo presidente da Associação dos Municípios, e que sabemos se trata de produção de anos que vem sendo contida e que gostaríamos que, neste momento, viesse a produzir resultados.

Uma dessas premissas é muito importante que seja desde logo auferida, para que daí se perceba as limitações que nos são impostas. A primeira delas é a primeira reforma do governo Lula. Isso tem uma carga de reflexos que faz com que, de alguma maneira, precisemos sopesar a opinião pública em relação a esse governo, aquilo que ele coloca como formulação, que pretende enquanto iniciante, se diz de um novo tempo.

Segunda premissa posta inclusive aqui, sabiamente pelo que nos precedeu, Dr. Heron Arzua, a idéia é que não se modifique, não se altere o quadro posto. Daí que, quando se fala em aumentar ou reduzir a carga tributária, por enquanto são elucubrações. Não se tem sequer o rol das alíquotas que o Senado ainda irá dispor, nem se tem a ligação entre essas alíquotas abstratamente estabelecidas pelo Senado em relação a quais mercadorias se vincularão, porque isso será feito por órgão colegiado. O que se espera, é que, de fato, quando isso se proceder, se tenha a sensibilidade de não mais elevar a carga tributária, mas se dizer agora, a priori que se está conduzindo para isso, realmente não passa de uma hipótese sem muita demonstração de evidência.

O que tem na reforma, para não incidir em repetição do que o Dr. Heron já fez referência, e que nos toca mais de perto é, de fato, o ICMS.

O ICMS que tem uma conotação e esse é o problema nosso, no mundo inteiro é um tributo centralizado, e nós aqui o regionalizamos. Por isso, a dificuldade permanente no trato desse tributo. A idéia agora, quando se fala em federalização é exatamente estabelecer aquele vetor inicial, orientador em todos os sistemas que se conhece do IVA, que tenha essa bússola, esse norte, no sentido de que exista uma legislação uniformizada.

E é isso que nos traz tanta dificuldade. São vinte e sete legislações, vinte e seis Estados mais o Distrito Federal; mais de quarenta alíquotas. Um tormento e ao mesmo tempo a felicidade daqueles que têm a possibilidade de se valer de estruturas técnicas muito avançadas, com corpos de juristas muito preparados, e que descobrem nos escaninhos as alternativas que a grande massa da população não alcança.

O que se quer com essa formulação é dar um tratamento transparente, um tratamento igualitário e acima de

tudo, evitar que com recursos públicos se faça leilão, estabeleça-se uma competição predatória, quem dá mais algum grupo particular e daí esse grupo particular leva grande vantagem e lá na frente, não sabemos até onde de fato ele corresponderá àqueles anseios iniciais que conduziam a que se decidisse dessa ou daquela forma beneficiando.

O ICMS, o que nós colocamos. Aquelas reflexões que foram levantadas de fato nós as inserimos, embora nesse primeiro momento nós estejamos discutindo a constitucionalidade. É um problema técnico. Temos um pacto federativo que nos injustiçou, mas, é um pacto firmado. Nós não podemos dizer, e os juristas que estão aqui sabem disso, a Constituição é injusta. Ela colocou um pacto que foi firmado e que faz supor que naquele momento entre os freios e contrapesos, entre os benefícios e os prejuízos, alguns que nos parecem mais evidentes, podem ter sido compensados com outros, se não foram, o certo é que isso foi formalizado, solenizado.

É por isso que na minha manifestação levantei a idéia de que a assimetria existe, que esse tratamento igualitário não existe, mas que ele não alcança um nível constitucional. Pode ser alcançado agora na seqüência da evolução dos trabalhos de reforma tributária quando ela passar e descer a itens outros e que daí, eventualmente sim, mudando-se a equação econômico-federativa, isso se traduza na possibilidade de voltarmos a discutir este assunto que hoje está posto na Constituição, tal qual nos prejudica e que sabemos nós todos; não nos conformamos.

É uma etapa que precisa ser alcançada, mas é bom - e lamento dizer isso - que se esteja preparado para as dificuldades que iremos enfrentar. São votos necessários, votos de Estados não tão interessados nessa alteração que se proceda - nós somos minoria nesse contexto. Em segundo lugar, as nuances próprias dos Partidos, que fazem com que as votações não correspondam necessariamente àquilo que os Estados esperam.

Essa é até uma das razões pelas quais valorizo - quem tiver a oportunidade de ler meu parecer - o órgão colegiado em detrimento do Senado, mas digo o porquê. Hoje quem acompanha os estudos relacionados ao sistema federativo sabe que os senadores são os representantes dos Estados. O senado não está correspondendo à função que lhe é atribuída. Por quê?

Porque originariamente o Senado era escolhido pelas Assembléias Legislativas, inclusive nos Estados Unidos - a origem da Federação. Hoje, como é que se escolhem os senadores alemães? Pelo governo dos Estados alemães!

No Canadá, é assim também que se faz. Então, aí sim, o senador vai com a missão precípua de defender os interesses dos Estados. Mas o nosso quadro - e não sou eu quem digo, que fique bem claro que não estou censurando o Estado, estou falando o que doutrinariamente já está aceito. Hoje, como os senadores são eleitos, eles têm ligações partidárias e se conduzem pela orientação do

Partido, ou, às vezes, são avessos ao governador do Estado; votam contra o Estado por não serem alinhados ao governo. Por isso esse colegiado, que tanto é hostilizado, guerreado, que está sendo introduzido, terá maior fidedignidade do que o Senado, porque eles serão representantes postos para dizer o que o Estado do Paraná quer, o que o Estado de São Paulo quer, o que o Estado outro qualquer desta Federação.

Este Órgão, que se diz que eventualmente estaria invadindo competência do Estado, na verdade já existe, é o Confaz que hoje, faz isso. O Confaz hoje tem um poder de disciplinar, mas lamentavelmente não tem encontrado eco na medida em que sabemos questões de isenção que ele não decide; é de sua competência, elas ocorrem e não são questionadas, não há uma forma repressiva e quando muito se tem que ir à Justiça e daí vêm as conotações políticas, talvez dois governadores do mesmo Partido, um não vai hostilizar o outro e no fim é o Estado que perde. Enfim, é um quadro que acho que vai melhorar, porque haverá, em primeiro lugar, o respeito à Federação, enquanto membros igualitários dos Estados que a compõem e que, portanto, serão disciplinados por uma única norma que como eu disse, não tem como objetivo invadir.

Não estou aqui fazendo a defesa, é bom que se diga, porque isso ainda tem um problema de mérito, mas é uma questão de reflexão.

Se uma das coisas que mais compromete os resultados da nossa receita é a guerra fiscal, é fundamental que nos organizemos, demos um rumo. Esse rumo é constituído com a inteligência de luminares que participam disso e que fazem que a gente, de certo modo, acredite e espere que tenha bons resultados.

Procurei, à parte dessa questão da energia, que coloco dentro do meu parecer, como uma injustiça que se pratica com o Estado. Também levantei o problema do Fundo de Compensação, porque se hoje vocês pegarem a Constituição vão verificar, quando são os Estados industrializados - a gente ouve que a Constituição não é a Constituição da República do Brasil, mas é a Constituição da República de São Paulo - e quando vocês lêem esse item também se convencem que é a Constituição da República de São Paulo. Quando se desoneram os tributos incidentes sobre os produtos industrializados, a Constituição assegura a compensação. Mas quando se desonera o produto primário, sequer ele é pensado na Constituição.

Hoje, essa desoneração é procedida pela Lei Kandir. Está se elevando em nível constitucional, mas em uma desoneração plena, total, sem que se eleve a compensação, ou seja, nós, como Estado produtor, estaremos por uma disposição constitucional, sem possibilidade nenhuma de arrecadar sobre a nossa produção. A nossa compensação é de nível legal enquanto existir - não tem garantia constitucional. Levanto e coloco isso, para que seja discutido na seqüência do que iremos abordar, dentro dessa reforma que está sendo preconizada.

Um detalhe que foi levantado muito importante, pelo secretário, é o problema da disciplina da partilha do

ICMS, em relação aos municípios. Historicamente, isso sempre competiu à Constituição Federal. Agora, se está direcionando em uma lei complementar. As informações que temos e confirmadas aqui, são de que as entidades nacionais representativas dos municípios entenderam que era melhor que se relegasse isso em um nível de lei complementar, se retirasse da Constituição. É claro que isso vai abrir um leque enorme de possibilidades de se disciplinar essa partilha, que de alguma maneira poderá vir a atender os reclamos que o presidente da associação, Joarez, aqui colocou.

É bom que se pense uma coisa: estamos procedendo uma reforma constitucional. Portanto, tudo que se discute em nível legal não está nesse âmbito. Falar em royalties, como se tem visto nos jornais, que as alíquotas do imposto de renda serão exacerbadas, nada disso neste momento está sendo discutido. Quando se discutir isso, espero que tenhamos lucidez de acompanhar um projeto do nosso eminente deputado Luiz Carlos Hauly, que procura dar uma racionalidade a isso. A gente vem paulatinamente estudando reformas tributárias, mas quando chega em um determinado momento, elas são brecadas pelos interesses daqueles que são tocados, por aquelas propostas que estão sendo desenhadas.

Existem idéias fenomenais como a do Luiz Ponte, do Rio Grande do Sul e como a do Hauly, que resolvem um problema de 90% dos tributos, enfim, do ICMS, se selecionar sete ou oito itens. Facilita-se ao contribuinte e ao fisco, desanuvia-se essa tormenta toda de tributos, que nos torna dificultosa a vida, enquanto empresas e contribuintes. É em um segundo momento, que a gente vai ter no avanço, a concretização dessa reforma. É evidente que as mazelas não serão afastadas nesse nível.

Da mesma forma que eu vi sobre o ISS do pedágio, senhor presidente, sobre os critérios do FPM, são coisas que serão dispostas na sequência. Mas, enfim, eu me coloco à disposição, posso rememorar que nós estamos mudando de um lado o ICMS - como vai funcionar esse ICMS? O Senado vai estabelecer um rol de cinco alíquotas e aí que vem um detalhe importante e é por isso que eu digo que as hipóteses que vêm levantando em torno da elevação da carga tributária elas não são possíveis de serem conferidas, por quê? O Senado vai estabelecer cinco alíquotas - a menor delas, por disposição constitucional vai incidir sobre os produtos da cesta básica, mas se abre ali, no mesmo dispositivo, a possibilidade de, por lei complementar, outros produtos, mercadorias, serviços serem colocados na menor alíquota.

Ora, se isto ocorrer como é que se pode falar em que a carga tributária está sendo elevada? E é uma verdade, é uma tristeza que nós estejamos com esta carga tributária cada vez mais acentuada e dificultando. De 70 para cá, nós subimos 68% em relação ao que nós tínhamos em 70, na carga tributária!

Acho que o maior problema nosso constitucional, que não está sendo medido, é exatamente a competência remanescente da União que tem a liberdade de instituir

novos tributos cujo fato típico não coincida com os postos na Constituição, ou seja, ela vem engenhando, industrializando novos tributos sobre os quais ela não partilha nada com os Estados e municípios.

Então, de 70 para cá nós subimos isto tudo e acima de tudo, de 88 para cá subimos, elevamos, sem que a partilha dos municípios tivesse sido aquinhoadada com qualquer coisa instituída pelo governo federal. Isto, sim, acho que de alguma maneira toca no regime federativo, mas enfim, estamos limitados por uma proposta que unicamente desenha um novo figurino do ICMS e torna progressivos o ITBI, o imposto sobre grandes fortunas que se pretende introduzir, o imposto sobre herança, serão progressivos a partir desta reforma. Abre-se o leque de possibilidade de contribuição, à contribuição da previdência social, contribuição social sobre o faturamento com o indicativo de que se pretende reduzir a carga daqueles que geram emprego porque hoje incide sobre a folha de pagamento. Aí você reduz sobre a folha de pagamento e pega aqueles que têm grandes faturamentos e poucos empregados. Com este balanço você consegue reduzir daqueles que seriam os geradores de emprego.

A CPMF se pereniza, deixa de ser provisória, mas é limitada ao teto máximo que hoje se encontra, com a possibilidade de ser reduzida. Questiona-se a constitucionalidade dessa redução por disposição, por vontade do presidente da República.

Existem os precedentes do imposto de importação, do imposto de exportação, do IPI, e agora passa-se também a abrir essa possibilidade do presidente da República em torno da CPMF.

Para concluir, quero agradecer a possibilidade que esta Assembléia me oferece para, de alguma forma, passar alguma informação em cima do que nós estamos trabalhando. Quero agradecer ao eminente secretário Heron Arzua que compareceu a comissão e com sua lucidez, com sua experiência, com o seu conhecimento valorizou o Estado do Paraná, contribuindo para os nossos estudos e para que a comissão também tomasse conhecimento dessa preocupação que o Paraná tem.

Tive a oportunidade de agradecer no meu voto ao presidente Joarez, ao Reni, ao Dr. Arruda, que assessora o Dr. Heron, enfim, todos aqueles que de alguma maneira possibilitaram que fosse possível ampliar mais a nossa manifestação que, como eu disse, tem certas premissas sobre as quais não adianta discordar, sob pena de não avançarmos, nesse primeiro momento. Não é uma revolução tributária, é uma reforma quase que pontual mas que avança, sobre um leque de possibilidade para que se pratique, de alguma maneira, uma justiça social que nós tanto esperamos, porque a progressividade, a indicativa disso se vai tomar de quem mais tem, se vai reduzir de quem pouco tem. No ICMS, se vai privilegiar a redução da carga à camada mais necessitada, enfim é possível sim, dar um cunho social a esta reforma, e neste sentido nos manifestarmos no Parecer e acreditando e confiando que na con-

strução, na evolução, possamos adensar e torná-la mais próxima dos interesses nossos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradecemos ao deputado federal, Osmar Serraglio, e eu convido o deputado Reni Pereira, presidente da CPI Externa da Reforma Tributária para que assuma a direção dos trabalhos da Mesa, para que possamos abrir o debate sobre a reforma tributária.

Desde já agradecemos a presença de todos que aqui compareceram, honrando e dignificando o Legislativo paranaense.

Aqueles que desejarem se pronunciar sobre o assunto poderão fazer sua inscrição aqui junto à Mesa. Quero lembrar que já estão inscritos, Homero de Arruda Córdoba, Luiz Carlos Haully, Joarez Lima Henrich, José do Carmo Garcia, Dante, representante da deputada Clair, Maurílio Schimit e o deputado José Maria Ferreira.

As demais inscrições poderão ser feitas a partir desse momento, com a Mesa.

O SR. MAX ROSENMANN (**Pela Ordem**)

Eu não sabia a organização com que vocês fariam o debate e não tenho possibilidade de continuar aqui no recinto. Eu, junto com o deputado Sciarra, deputado Haully, mais o deputado Paulo Bernardo e o Zacharow, fazemos parte da Comissão.

Nós tomamos algumas medidas: uma medida de saneamento nesta questão do ICMS, que o Haully vai explicar. Já estamos colhendo assinaturas, preparando uma Emenda.

Só quero explicar que estou me retirando e a essa questão que é uma dor sentida no Paraná, nós já tomamos os remédios e a força de pressão de uma emenda bem constituída. Ela está associada aos Estados que são produtores de combustível, de petróleo que também estão interessados em se associar conosco na energia onde muda o perfil e aumentam as possibilidades de nossas pretensões.

Nós, deputados do Paraná, estaremos à disposição do Paraná, do Movimento Pró-Paraná, da Assembléia Legislativa, de todos os deputados, da sociedade constituída, em poder apresentar lá em Brasília as emendas que sejam cabíveis, nesse momento, porque temos a prerrogativa de apresentar as emendas e defendê-las, então estamos prontos para, pragmaticamente, receber a proposta.

Vou entregar um farto material que eu gostaria que a Assembléia reproduzisse e entregasse a todos os deputados, onde tanto a Presidência da República, quanto seu Conselho de Desenvolvimento explicam a proposta governamental de uma forma bastante simples e todos os parlamentares da Casa vão poder entendê-la. Uma coisa muito importante que eu já endosso, antes de o Haully falar, que o fará em nome da Oposição, porque a proposta do Governo é uma, e a proposta das Oposições é de con-

struir realmente uma justiça social e tributária muito maior, porque não é possível que todos os dias se aumente impostos e não se reduza despesas. Nós já estamos em 40%; na semana passada o Governo aumentou mais 4% de impostos. E não é possível numa economia, não é saudável que vá a 40, 45, 50% do PIB a questão dos impostos. Um Governo saudável teria que ter em torno de 25% dos impostos.

Então, no Brasil só se aumenta arrecadação; nunca se reduz as despesas e nunca se racionaliza. Então esse é um ponto muito importante que tem que ser avaliado.

Então, nós da Oposição, do PSDB, do PFL, uma parte considerável do PMDB e de outros partidos, estamos lutando porque queremos também a reforma, vamos votar também as reformas. Mas somos os patriotas, aqueles que querem o bem do Brasil. E não os outros, que estão votando por determinação política e partidária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Esta Casa agradece o pronunciamento do deputado Max Rossenmann, bem como dos demais parlamentares federais, e pede escusas ao nobre técnico, Dr. Homero Arruda, que por sinal assessora não só a Comissão Parlamentar da Assembléia Legislativa como também os municípios, a Associação dos Municípios do Paraná e o Movimento Pró-Paraná.

Então, gostaríamos de pedir a compreensão do Dr. Homero, que estaria inscrito para falar primeiro, tendo em vista que o deputado Haully e o deputado Sciarra já estão com a passagem agendada, e gostaríamos de, na seqüência, passar a palavra ao Dr. Homero.

O SR. HAULY

Senhor presidente, senhores deputados federais e estaduais, Dr. Jonel, senhoras e senhores.

Bem rápido e bem objetivo. Nós temos, desde a Constituição de 1988, agora dia 05 de outubro completaremos 15 anos do texto constitucional, quinze anos e eu estou há 12 anos e quatro meses no Parlamento brasileiro.

Antes disso, como secretário da Fazenda do Paraná, pude participar através do Confaz, da Assembléia Nacional Constituinte, reivindicando em favor dos Estados, em favor dos municípios. E antes disso participei da emenda Passos Porto e da Ita Sandoval. São dois grandes momentos anteriores à Assembléia Nacional Constituinte, de grande conquista dos municípios e dos Estados brasileiros.

Hoje o Brasil se encontra com uma arrecadação de quase 36% do PIB. Só que para arrecadar isso, nós temos uma carga tributária legal, potencial, seguramente muito maior de 50% do PIB que é a soma da produção dos bens e serviços da economia brasileira. O que temos num intervalo em torno de 50% para 36, incentivos fiscais, sonegação fiscal, elisão e corrupção. O sistema tributário é anárquico e caótico. É o verdadeiro manicômio

tributário. O contencioso judicial administrativo chega a mais de um trilhão de reais. O Brasil está encalacrado, está no atoleiro tributário. Aproveita a força do novo governo vindo das forças populares de esquerda, que finalmente empresta o seu apoio às reformas do País, tributária, previdenciária, trabalhista, com as outras forças que já lutavam pelas reformas do Brasil. E tiramos o Brasil do atoleiro tributário e o colocamos no contexto das nações que têm o sistema tributário moderno simples, mais enxuto, funcional na base tributária mundial.

E também aí trabalhamos a legislação trabalhista e depois trabalharemos nas taxas de juros, que é a única forma de fazer com que o País possa retomar o crescimento econômico sustentado. Não estou falando do crescimento que cresce um ano e depois fica 2 anos dando marcha ré.

A idéia básica é a seguinte - você tem três bases tributárias conhecidas no mundo: propriedade, renda e consumo e todos os países têm o seu sistema de previdência. O Brasil tem, contrariamente, o que tributa em qualquer país desenvolvido da União Européia e dos Estados Unidos, metade da arrecadação do imposto de renda que eles têm. A nossa arrecadação ano passado de imposto de renda - somado o IR e a contribuição social sobre o lucro líquido, que foi uma invenção do governo federal, para fugir da partilha dos municípios e dos Estados após a Constituição de 88, 21,3%. Qualquer país desenvolvido na frente do Brasil tem mais de 40% da arrecadação total, oriunda do imposto de renda.

O imposto sobre a propriedade no Brasil deu 3,17% do total da arrecadação: cinco impostos ativos e um imposto inativo. A capacidade de tributação da propriedade no Brasil é baixíssima e não vejo possibilidade alguma de aumentar a arrecadação dessa base tributária. Se você dobrasse a arrecadação de todo o IPTU, TR, IPVA, Transmissão *Causa Mortis* e Intervivos, você teria 6% da arrecadação do país e aconteceria uma revolução “à la francesa”: entrariam nas prefeituras, matariam os vereadores, depois o prefeito porque dobrou o IPTU de seu município. A mesma coisa o ITR e o IPVA. Não tem capacidade arrecadatória. Então, o IPTU, esses impostos têm que ser de natureza municipal, não têm nenhuma vocação federal. É uma mentira que o ITR é para fazer reforma agrária, nunca serviu para isto. Se tivesse servido, não teriam milionárias indenizações nos tribunais brasileiros em cima das desapropriações, que, aliás, se o Brasil tivesse vergonha na cara, acabava com essa indústria da desapropriação para fins de reforma agrária e faria compra por leilão. Quer comprar mil alqueires, dez mil alqueires, faça a compra e quem quiser vender que faça a oferta, o melhor preço, a melhor terra.

A questão da propriedade é esse entendimento: não tem capacidade arrecadatória. A renda tem na minha opinião, o Brasil deve trabalhar progressivamente, pelo menos em dez alíquotas de imposto de renda. Para fazer de base larga para que seja arrecadação direta, que não seja regressivo como é e são os demais impostos. Pas-

mem, senhores, todos os demais impostos estão na base do consumo, que é a terceira base tributária. Eu falei da propriedade, falei da renda e a terceira base é o consumo. Setenta e cinco por cento da arrecadação no Brasil está na base do consumo. Quem paga mais são os pobres. Milhões de pessoas pobres para resolver a questão da concentração da riqueza e da renda no país, para aumentar a progressividade e a distribuição da renda começaria por diminuir a carga sobre o consumo brasileiro. Proponho, pelo menos, 50% sobre o imposto de renda, ampliando a sua base para que possamos diminuir esse que vai acrescentar, na base do consumo.

A proposta sobre a base do consumo é acabar com o ICMS, o IPI, ISS, PIS, Cofins. Esses impostos seriam eliminados e dando lugar a dois impostos seletivos, sobre a mais rica base tributária conhecida no mundo, que é bom para os Estados Unidos que é bom para a França, que é bom para a Inglaterra, que é bom para a Alemanha e deve ser bom para o Brasil, arrecadar sobre aquilo que já arrecada bastante nos Estados: energia elétrica, combustíveis - líquidos, gasosos e seus derivados, comunicação, cigarros, bebidas, veículos. E, se quiserem ir além, mais uns três, quatro: eletroeletrônico, eletrodoméstico, água e fios. Porque a população que paga em 9, 10 itens é a mesma que vai pagar em milhares e milhares de itens. Você chega no Carrefour, no Wall Mart, tem mais de 40 mil itens, todos esses itens são tributáveis. Estima-se que em uma época, FGV ou IBGE, chegou a quase 500 mil itens numa economia, alguém fala em um milhão de itens na economia. Então o imposto seletivo, o Governo do Paraná, no Brasil o ICMS, a energia e combustível, esses três arrecadaram o ano passado 40% do ICMS do Brasil. Não estou contando a carga tributária federal que tem sobre esses itens - 40%. O Paraná arrecadou 47,5%. A idéia é muito singular, os outros itens, cigarro, bebidas e veículos. A última estatística que pude ver dava em torno de 10% da arrecadação. Quer dizer, se você tem 40, mais 10=50. O exercício é muito simples. Para substituir o ICMS, se aumentar o preço de energia, combustível e comunicação em 35%, você faz os 100% da arrecadação do Brasil, dos Estados brasileiros em cima do ICMS. Com 35 o preço final. É uma conta tão simples, tão óbvia, que dá até medo. É isso mesmo, sem contar em aumentar nenhum tostão de veículos, cigarros e bebidas. E sem incluir nesses itens, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e água.

Então, senhoras e senhores, há alternativa ao projeto do governo. Eu, como paranaense, como ex-secretário da Fazenda, sou vice-presidente da Comissão de Reforma Tributária hoje, digo com todas as letras, em alto e bom som: se não mexer no princípio da origem destino, o projeto que está lá, que o governo enviou, vou entrar para não aprová-lo. É um casuísmo perpetrado no novo texto constitucional. Quer dizer, não posso depois de quinze anos como deputado federal, aceitar que o Paraná, mais uma vez seja passado para traz no caso da energia elétrica.

Na questão municipalista, não vai acontecer nada que o município perca, pelo contrário, se puder, nós vamos ampliar as possibilidades dos municípios. A energia elétrica, o petróleo e seus derivados, nós estamos desde 91, PEC 14, de minha autoria, trata de cobrança do ICMS, da energia petróleo na origem. O Max tem emenda; o Serra está apresentando emenda; outros colegas, o Gustavinho chegou com todo o vigor no mandato passado, entrou com emenda.

É uma causa paranista. Assim como é o Tribunal. Nós estaremos abrindo a Comissão especial do Tribunal Regional Federal.

Cobrar energia e Tribunal são as duas maiores causas do Paraná no cenário nacional. Nós estaremos lá defendendo os interesses paranaenses. A questão é gerar emprego e renda. Por isso é que nós queremos mexer na reforma tributária, se pudermos. Na linha da simplificação, nós gostaríamos de mexer. Temos concebidos a proposta, estamos discutindo com os partidos, abrindo um leque para que todos participam do debate da discussão, da simplificação, da racionalização.

Uma última coisa. Se você olhar, o modelo europeu é baseado metade na arrecadação dos países no imposto de renda. A outra metade no IVA, no Seletivo e um pouco de propriedade. Nos Estados Unidos ao invés do IVA, eles têm o imposto de renda poderoso também, o imposto de venda, o imposto seletivo e o imposto sobre a propriedade, carregado no imposto de renda com menor parte no consumo.

Então a receita do bolo brasileiro, se o Governo Federal e o Congresso quiserem, nós vamos trabalhar na linha que estamos desenvolvendo. Não é minha, é uma síntese do pensamento nacional do que está sendo; estamos convergindo para lá. Um pouco daquilo que o Mussa sempre defendeu, que o Marcos Sintra sempre defendeu, que os Estado já fazem. Quer dizer, não esqueço de um dado do Dr. Heron na Associação Comercial de 170 mil empresas, que o Paraná tem, no cadastro do ICMS, 1500 empresas respondem por 96% da arrecadação dos impostos. Nós já temos quase um regime simplificado; vamos afunilar mais e colocar ordem na economia brasileira, competitividade, produção, empregos é o que nós precisamos. No setor produtivo brasileiro todo mundo vai ter a mesma carga. Nenhuma máquina mais vai pagar impostos, nem comida, nem remédio, nem roupa. Você vai ficar concentrado em 7 ou 8 itens da economia e mais Imposto de Renda e Imposto Propriedade.

Eu não sou tributarista e não sou advogado; sou economista e me dediquei esses anos todos a observar, a discutir, a ouvir centenas de debates e cursos, palestras, nesses anos todos. Tenho uma convicção. Sou do PSDB, sou tucano. Ainda hoje pela manhã estavam filiando três deputados do nosso Partido junto com o Hermas.

Se o Lula fizer a reforma tributária e trabalhista, eles ficam 8 anos no poder. Tenho essa convicção, que o efeito e o benefício vai ser o maior do que o Plano Real,

para milhões e milhões de brasileiros. O benefício aumento de produção dos gêneros básicos.

Quero agradecer, desculpe ter pedido para anteceder a minha fala, senão o avião vai embora e os vôos estão cada vez mais escassos. Faço um último apelo com a presença do secretário Heron. Os aviões não estão querendo mais correr o interior do Paraná e do Brasil. Faça uma política de redução do ICM do querosene, para que eles vão para o interior. Não tem vôo mais de Londrina para Curitiba de manhã; cortaram, simplesmente. Para eu chegar aqui, fui para São Paulo e de São Paulo para vir para Curitiba. Não tem o menor cabimento.

Talvez o ICMS do combustível do querosene não seja tão significativo. Alguma política, porque Cascavel, 500 quilômetros, Londrina, 400 quilômetros de Curitiba. Então temos dificuldade e o mundo moderno exige pressa, rapidez de locomoção.

Parabéns, José Maria, vocês estão conduzindo o trabalho aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Durval Amaral, também. Os três que estão nessa Comissão, colocamos à disposição; vamos trabalhar juntos. A Secretaria da Fazenda do Paraná, a Assembléia Legislativa e os deputados, nós trabalhamos em conjunto.

Trabalhamos juntos, a causa é uma só, e vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaríamos de anunciar a presença do prefeito Miguel Baiele, vice-presidente dos Municípios, do vice-presidente e presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, vereador Patrício, do tributarista Paulo Maingué, presidente do Instituto de Direito Tributário, juntamente com os demais tributaristas presentes nesta Casa.

Gostaríamos de pedir aos próximos oradores que tentassem concentrar sua explanação em 5 minutos, para darmos mais objetividade ao tempo.

O SR. EDUARDO SCIARRA

Deputado Reni Pereira, presidente da Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária. Em seu nome cumprimento, deputados e deputadas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimentar Jonel Chede, deputado Osmar Serraglio, colega da Câmara Federal, presidente da AMP, prefeito Joarez, presidente da ABM, José do Carmo, senhores e senhoras deputados. Vou ser mais rápido que já foi bastante abrangente o que foi aqui comentado pelos que me antecederam.

Só queria lembrar que a carga tributária no Brasil, chegou ao ponto em que a sociedade não agüenta mais o seu aumento.

Nós tínhamos, em 1994, 24% do PIB na nossa carga tributária; no final de 2002, subimos para 35,86%, uma economia do tamanho da nossa, mais ou menos. México tem uma carga de 20% sobre o seu produto

interno bruto, a sua carga tributária; o Chile 17,3, só para citar exemplos de economia parecidas com a nossa.

Nós temos um mérito do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de encaminhar para o Congresso essas reformas, mas tínhamos também uma promessa da área econômica de que essa proposta vinha para racionalizar a arrecadação e manter a carga atual, nunca aumentando.

Meu colega, deputado Serraglio, diz que seria um exercício de “futurologia” dizer daqui que teremos um aumento da carga tributária, mas da forma que ela está proposta, tímida, não-estrutural, como se fosse simplesmente uma reforma fiscal, nós podemos esperar, na minha opinião, caro colega deputado Osmar Serraglio, um aumento, sim, da carga tributária, que hoje estava no final de 2002 com algo em torno de 36%. Já tivemos um aumento este ano em função de algumas medidas provisórias.

Queria saudar também o secretário Heron Arzua, que representa aqui o governo Roberto Requião.

Então, como eu disse, essa carga já foi aumentada este ano através de medidas provisórias que foram aprovadas no Congresso, não com o meu voto.

A expectativa de aumento dessa carga pela unificação das alíquotas de ICMS é possível se imaginar que num Estado como o Paraná, cuja alíquota do combustível que é 12%, da Bahia é 23, no momento que nós formos unificar, com certeza, não estaremos unificando por baixo; isso serve para telecomunicações, serve para outras áreas que temos alíquota diferenciada. Então, nós teremos oportunidade, como o deputado já colocou, de apresentar emendas substitutivas globais, eu mesmo estarei apresentando uma emenda substitutiva global para que possamos abrir a discussão juntamente com outras emendas que acontecerão; deputado Hauly também já está com a sua bastante adiantada, temos exemplos de muitos anos, deputado Ponte, Germano Rigoto, enfim, um assunto que tem sido bastante debatido e que nós vamos procurar aproveitar esta oportunidade e não perder a oportunidade histórica de fazer as reformas mais amplas do que elas estão apresentadas, hoje, no Congresso Nacional.

Nós temos uma causa paranista que é a questão do ICMS sobre a energia e também, na mesma linha, para o petróleo. Com as bancadas dos outros Estados que se sentem também prejudicados, articulando um trabalho e entendemos, sim, que há clima neste momento para revertermos essa situação que é um casuísmo contra os Estados produtores de energia e de petróleo.

Nós temos um exemplo no caso da energia sobre o gás da Bolívia. Por onde entra o gás da Bolívia, o ICMS é gerado no Estado do Mato Grosso. Então, enfim, nós temos uma causa “paranista”, todos estamos envolvidos. Estou apresentando uma emenda com relação ao gasto de energia para não vir somar às outras já existentes e estaremos abraçando, prefeito Joarez, aquela emenda que a AMP apresentar para que nós, coletivamente, possamos endossar lá na Câmara Federal.

Queria parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através dos membros desta Comissão e me colocar à disposição para que possamos aperfeiçoar essa proposta para o bem do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Homero Arruda, que além de estar assessorando as três entidades, esta Assembléia, o Movimento Pró-Paraná e a Associação dos Municípios, também presta assessoria aos demais parlamentares que estão tratando da reforma tributária.

O SR. HOMERO DE ARRUDA CÓRDOBA

Tenho um imenso carinho por esta Casa. Aqui passei dois anos fazendo assessoria jurídica. Tenho imenso apreço por todas as Casas Legislativas. Elas são o contrapeso da democracia.

Deputado Reni Pereira e deputado José Maria, em vossos nomes cumprimento todos os deputados estaduais. Em nome do prefeito Joarez e do prefeito José do Carmo, líderes dos prefeitos deste Estado, cumprimento todos os prefeitos presentes. E, na pessoa do deputado Osmar Serraglio, quero cumprimentar os deputados federais que integram a Comissão de Reforma Tributária.

Tentarei, como técnico, resumir em poucas palavras, o conteúdo da proposta da reforma em curso OPEC 4103. O elenco dos impostos da União passam ao largo da proposta de reforma tributária. Essa proposta não afeta nenhum tributo da União. Nenhum imposto da União a não ser o ITR que é transferido para os Estados permanecendo a partilha com os municípios de 50%.

A única alteração significativa, se é que podemos afirmar, é no que diz respeito às contribuições da União.

A contribuição sobre movimentação financeira que hoje é provisória, passa a ser permanente e passa a integrar o elenco dos tributos que financiam a seguridade social.

A contribuição sobre a folha de pagamento e os demais rendimentos do trabalho sofrem pequena modificação, prevê o projeto que elas podem ser transformadas em não cumulativas e devem ser substituídas no todo ou em parte por contribuições sobre a receita ou o faturamento.

Cria-se ainda no âmbito da União aquilo que podemos chamar de imposto de renda negativo que será cus-teado pela União, Estados e municípios conjuntamente, mediante convênio. O que talvez seja um primeiro passo para resgatar a imensa dívida social deste país.

O elenco de tributo dos municípios passam ilesos no projeto de reforma tributária. A única alteração que se pode mencionar é quanto ao ITBI, Imposto sobre Transmissão de Operações Onerosas, que passa a ser progressivo de acordo com o uso da propriedade. Dimensionar-se no que diz respeito aos municípios que a participação dos municípios no ICMS, aqueles 25% que o município participa no ICMS hoje, tem regras estabelecidas no

artigo 158 da Constituição Federal. Essas regras são remetidas para a definição em lei complementar. De lembrar que por força do parágrafo único do mesmo artigo 158, hoje 1/4 da partilha do ICMS é estabelecido pelas Assembleias Legislativas, por lei das Assembleias Legislativas. Essa competência está sendo suprimida dos legislativos e passa para órbita federal mediante lei complementar. Se não muda nada, ou muda muito pouco, muda menos ainda no que diz respeito aos tributos do município, onde está a grande mudança: no ICMS.

O ICMS terá no projeto o seguinte perfil: todas as alíquotas serão fixadas pelo Senado Federal. Hoje as Assembleias Legislativas têm autonomia plena para fixar as alíquotas internas do imposto. Perdem essa autonomia.

A configuração do novo ICMS ficaria, em duas palavras, assim. O Senado fixa todas as alíquotas. Lei complementar exaustiva tratará do perfil do imposto e as Assembleias Legislativas dos Estados ficarão na condição de homologadoras da Legislação Federal. Não restará às Assembleias Legislativas, se aprovado o projeto, competência para dispor sobre o imposto.

E o Poder Executivo - que é titular do poder regulamentar - não terá poder sequer para emitir uma portaria ou uma norma de procedimento fiscal. Não terá poder unilateral para fazer isso, porque o regulamento do imposto será estabelecido pelos Estados em conjunto por aquilo que é, hoje, representado pelo Confaz, ou seja, as Secretarias de Fazenda e Estado, em conjunto, regulamentarão o imposto.

Não gostaria de me estender muito, senhor presidente desta Comissão, mas creio que esta Comissão Externa de Acompanhamento da Reforma tributária talvez possa contribuir e possa ser modelo para as demais Assembleias Legislativas, um movimento que pode se espalhar por todo o Brasil para se tentar fazer algumas correções, talvez necessárias, no projeto, principalmente no que suprime a competência das Assembleias Legislativas e dos Governos Estaduais.

Senhor presidente da Comissão, é o que eu gostaria de dizer, resumindo o conteúdo do PEC 4103.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Esta Presidência agradece a sua colaboração.

Aproveitamos para também agradecer a presença do Antonio D. de Paula, delegado do CRC de Foz do Iguaçu, que se encontra presente também.

Passamos a palavra, agora, ao prefeito José do Carmo Garcia, presidente da Associação Brasileira dos Municípios e também prefeito do município de Cambé.

O SR. JOSÉ DO CARMO GARCIA

Deputado Reni Pereira, presidente da Comissão de Reforma Tributária da Assembleia Legislativa. Ao cumprimentá-lo, cumprimento o José Maria Ferreira, que também participa com você desta grande missão; demais componentes da Mesa, o prefeito e meu amigo Joarez.

Quero agradecer também a cessão dos préstimos do Arruda para com a Associação Brasileira de Municípios; deputados e deputadas aqui presentes; líderes que prestigiam esta atividade.

Primeiramente uma observação a nível nacional das entidades municipalistas. O Projeto da Reforma Tributária, como ficou bem declarado aqui pelos que nos antecederam, tem, é claro, alguns avanços, principalmente no campo do ICMS, que se houver a simplificação e torná-lo mais competitivo, evidentemente poderá haver ganhos, tanto para o Estado quanto também para os municípios na cota-parte.

Por outro lado, não podemos deixar de registrar que o simples fato da vontade política do Governo Luís Inácio Lula da Silva de levar o projeto para apreciação da Câmara dos Deputados e do Senado significa uma oportunidade ímpar para estarmos discutindo algumas questões relevantes com relação aos entes federados e à sociedade como um todo.

Por outro lado, se não é o projeto ideal, foi o possível dentro das questões consensuais. Algumas questões ficaram fora, é evidente! Não conseguimos mexer na repartição dos tributos. Com isso, os municípios que tinham 19% em 1991, hoje têm apenas 13,8% do bolo tributário. Essa diferença não foi contemplada!

Os municípios também sentem que os tributos compartilhados - que agora estamos tão somente presos ao IPI e ao Imposto de Renda - não contemplam as contribuições que foram largamente criadas no País e que, fugindo à sazonalidade, têm um grau de eficiência muito maior que o IPI, que o imposto de renda e com isso, evidentemente, não conseguimos fazer com que crescesse o bolo a ser distribuído do Fundo de Participação dos Municípios.

Gostaríamos, é claro, de ter uma participação nas contribuições, principalmente em se tratando da CPMF, que é destinada à saúde e poderia nos acudir. Isto não aconteceu! Como também é nosso entendimento, ficou claro na exposição do deputado Osmar, que o ITR, como é um imposto patrimonial e basicamente os municípios são responsáveis pelo Incra, por toda a incrementação, ele poderia ficar exclusivamente com os municípios. Porém, como isso não foi tratado, entendemos, queremos deixar aqui um entendimento, se é que existe, a partir da Constituição de 1988, a possibilidade de os municípios lançarem mão de alguns tributos, principalmente no campo das taxas. Era taxa de iluminação pública, de melhoria de vias e de coleta de lixo.

Pois bem! Todas essas taxas, tudo o que tínhamos como incremento fundamental para aumentarmos a receita dos municípios a partir de 1988 estão, dia-a-dia, caindo diante de decisões judiciais. Agora mesmo tenho a registrar ao Plenário que em São Paulo e também em Santa Catarina liminares já foram deferidas contra a contribuição da iluminação pública, recentemente aprovada pelo nosso Congresso, contra a Emenda Constitucional.

Com isso e mais um fato da municipalidade de alguns serviços, saúde, educação, transporte, não estão sendo corrigidos desde 1995. Isso tem causado um desequilíbrio financeiro nos convênios. Se existem equilíbrio financeiro nos contratos, teria que haver nos convênios, porque senão os municípios não terão como fechar as suas contas e atender o disposto no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir do ano que vem.

Gostaríamos - se não conseguirmos na reforma - que haja pelo menos uma negociação, para o reequilíbrio do piso de atenção básica da saúde, da merenda escolar, equilíbrio necessário para poder, pelo menos, fechar as nossas contas.

Registro por fim, que os municípios, hoje aqueles saudáveis, tem apenas 4% a 6%, quando têm para investimento. Isso é triste. Não dá para crescermos. Não dá para melhorar a qualidade de vida.

Deixo aqui como ponto de reflexão e como tarefa para nos ajudar a fechar o orçamento, porquanto, da forma como estamos, a situação está se complicando dia-a-dia pelo desequilíbrio financeiro dos convênios, fruto da municipalização e da descentralização dos serviços públicos no País.

Muito obrigado, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Gostaríamos de convidar o deputado Padre Paulo para assumir a 1ª Secretaria, para que o deputado José Maria Ferreira faça o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, Reni Pereira, deputado federal e relator da reforma tributária, Osmar Serraglio, a quem, com muito orgulho vemos a atuação no Congresso Nacional; ao nosso secretário Heron Arzu, que neste momento representa o senhor governador, aos demais membros da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas.

É um privilégio para esta Assembléia poder discutir e sobretudo com a presença de tão ilustres participantes, mas o brilho, o valor moral, profissional dos que aqui vieram, não diminuiu a nossa preocupação com relação ao nível da reforma que se propõe no nosso país. Por muitos anos usaram e abusaram da reforma como sendo as mazelas de todas as soluções assim que ela fosse implantada, tanto a reforma tributária, fiscal, trabalhista, e agora nós estamos a ver, senhor presidente, uma reforma que, na essência, não vai reformar quase nada.

Permita-me a crueza, senhor relator, mas V. Exa. admitiu isto aqui e eu apenas estou exteriorizando em nome, com certeza, de todos os deputados desta Casa e de parte significativa do setor produtivo da nossa sociedade.

A reforma que era para vir para reduzir custos, agilizar a economia, impulsionar o progresso da sociedade, não vem com este espírito. Ela vem para encher, para completar um espaço na agenda política e

administrativa e não para produzir os efeitos que precisa produzir na sociedade.

Qual a finalidade desta reforma? Consolidar a receita da União que o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário já afirmou que com os dados que possui hoje é de que nós bateremos nos próximos anos, em 40% do PIB. O que a sociedade menos queria, é que tivesse mais carga tributária sobre suas costas. E bem relatou aqui quem me antecedeu; quem paga é o pequeno, da forma que está. Nós pretendíamos que houvesse uma reforma tributária que fosse dinamizar, fosse trazer justiça social, deputada Elza Correia, fosse permitir que avançássemos, que permitíssemos, secretário Heron, fazer, equanimizar as diferenças regionais, aliás, está subtraindo dos Estados esta condição, estão colocando os Estados como meros homologadores de uma definição da União.

Ora, com certeza esta não é a reforma que a sociedade brasileira espera e que nós tanto depositamos nela as nossas esperanças.

Quando Hauly apontou alguns dados aqui, que 75% da arrecadação está na base do consumo, é nesta direção inversa que nós pretendíamos ou que achávamos que pudesse ser feita esta reforma e aí nós iríamos estar facilitando a nossa atividade industrial, comercial, estaríamos estimulando, estaríamos oportunizando a criação de novos empregos e estaríamos praticando, sobretudo, a justiça fiscal.

Se o governo, e não faço crítica aqui, apenas uma constatação, tomou a decisão corajosa de mexer na reforma previdenciária que com certeza terá reflexo daqui a 15, 20, 30 anos, mas que nós asseguraremos hoje ou amanhã daqueles que, com certeza, entrarão no processo de aposentadoria. O presidente da AMP, prefeito Joarez, trouxe um dado desalentador que daqui a 20 ou 30 anos os nossos municípios estarão com muito mais dificuldades que os municípios argentinos. Ora, os municípios argentinos estão de joelhos, tanto eles como os Estados, as províncias! Agora, se nós, daqui 20 ou 30 anos estivermos nessa mesma condição, a reforma que se pode, que se deve e que se precisa fazer não é esta!

Deputado Osmar Serraglio, reconhecemos que a competência de vossa relatoria é da constitucionalidade e ela está limitada a este tema. Agora, nas comissões de mérito, esta Casa - e com certeza também o Congresso Nacional - precisa se debruçar numa atitude mais firme e mais profunda na reforma. Que não percamos aí na sua Comissão, relator, a visão que o pacto federativo precisa ser preservado e ele o será, no momento que tivermos condição de tributar, porque se o Estado perder a condição e a capacidade de tributar, de legislar naquilo que é o mais importante recurso, evidentemente, deixaremos de ser uma unidade federada para sermos a centralização no poder da União. Esta é a preocupação nossa, dos deputados, e falo também em nome da Unale, União Nacional dos Legislativos Estaduais. Aqui deveria estar o seu presidente, mas estive no congresso discutindo com

os membros da Comissão. É preocupante, não só para o Paraná, não só para os Estados, mas sobretudo para assegurar a nossa Federação.

O Brasil precisa de reformas profundas, mas reformas que possam trazer o crescimento, o desenvolvimento, o alento e a esperança e tomo aqui as palavras do prefeito Joarez: “Tudo acontece no município”, e se nós não olharmos para os municípios, evidentemente não estaremos fazendo a reforma. Porque o José do Carmo trouxe um valor, em 1991 era de 19.6 ou 8, segundo a tua fala a arrecadação da participação tributária dos municípios como um todo, hoje é de 13.6 em razão de que a União conseguiu encontrar uma fórmula de acrescentar e impor mais tributos e deixando de fazer a respectiva divisão.

Esta é a nossa preocupação, senhor relator e senhores que aqui hoje estiveram e esperamos que no decorrer desse processo as Assembléias e a sociedade organizada possam contribuir de maneira efetiva.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, serei breve porque tenho que me ausentar: tenho uma reunião agora, com o secretário do Meio Ambiente. Aproveito para registrar aqui as presenças do secretário do Meio Ambiente de Cascavel, Carlesso, o vereador Aderbal. E quero, já que tinha me inscrito mas não vou poder permanecer no plenário, parabenizar o trabalho que está sendo feito pelo relator, deputado Osmar Serraglio, por toda sua equipe e à Bancada paranaense por esta luta.

Quero, ao mesmo tempo que parabenizo, pedir aos membros dessa comissão, que procurem uma sintonia com toda a Bancada do Estado do Paraná em defesa do nosso Estado, já que nos anos que se passaram não foi possível esta união. Tanto é que está aí, a reforma não saiu até o presente momento, inclusive deputados que foram de base do governo que passou, do governo Fernando Henrique que ficou 8 anos presidindo o Brasil e hoje estão na Oposição. Hoje poderemos estar, Oposição e Situação juntos, em defesa do Estado do Paraná. Isto é o que a Assembléia Legislativa do Estado espera. E dizer que o Governo Lula, com certeza, vai também ouvir a Bancada do PT, aqui, do nosso Estado, já que temos grande interesse nas mudanças e nas reformas que com muita coragem foram propostas pelo presidente da República, com atraso de décadas no nosso País.

Quero parabenizar toda a equipe de trabalho e esperar que esta Comissão faça uma unificação dos 30 deputados do nosso Estado do Paraná, Situação e Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao senhor deputado Fernando Ribas Carli, gostaria de informar que foram encerradas as inscrições. Temos inscritos: o

deputado Dobrandino, depois o Dante, representante da deputada Clair e também o Maurício Schimit, representante da Associação Comercial e da FIEP. Só a título de esclarecimento, que está se aproximando o final da Sessão, tendo em vista que as autoridades convidadas têm compromissos agendados.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Estamos num momento importante da vida do nosso País. Um momento novo, em todos os sentidos. Novo quando temos a ascensão ao principal posto do nosso País de um homem de origem operária. É algo *sui generis*. Ma também vivemos um momento de ousadia.

De ousadia, sim, deputado Durval quando vemos um presidente que foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores, que outrora não deixou avançar as reformas necessárias para o desenvolvimento do País, reconhece, faz um *mea culpa* e coloca toda a sua força, todo o seu empenho para que essas reformas aconteçam, principalmente a da previdência.

E esta reforma tributária que na minha visão, desculpas aos deputados federais e ao ilustre deputado Osmar Serraglio que é o relator na Comissão de Constituição e Justiça, é um remendo, não é a reforma que nós imaginávamos.

Digo isso porque quando deputado federal na gestão 94 - 98, era membro da Comissão de Finanças e Tributação, e fiz parte da Subcomissão da Reforma Tributária. Trabalhamos juntos.

Na época relator daquela comissão o deputado Mussademo. Seu relatório chegou a ser concluído e não chegou a ser votado, porque não houve vontade política do Governo da época em avançar com as reformas, porque tenho certeza que o secretário Heron Arzua vai concordar, a reforma tributária é vista de diversas formas. Ela é vista de uma maneira pelos municípios, de outra pelo Estado, de uma maneira diferente pelo Governo Federal e outra completamente diferente para aqueles que pagam. Quem paga quer pagar menos e quem recebe não quer receber menos nem o Governo Federal, muito menos o Estado e os Municípios jamais poderão receber menos do que recebem. Sabemos que o município precisa dessas receitas que são fundamentais, porque é lá que as pessoas moram, porque o Estado, o Governo Federal é uma coisa virtual, as pessoas não conseguem tocar o Estado, ou tocar o Governo Federal. Elas tocam o seu município ali onde eles conseguem andar nas ruas, ter seus problemas de saúde, seus problemas na área de educação. Eles vivem a cidade, eles vivem o município. É o transporte escolar, é a estrada esburacada, esta é a situação do cidadão.

Então, vejam só, no momento em que sofremos uma, - na minha visão - é um remendo de reforma tributária. Venho já por algumas vezes levantando essa questão, aqui, na Assembléia Legislativa onde tenho dito o apoio desta Comissão Externa, como dos outros sen-

hores deputados, no sentido de resgatarmos uma dívida que existe com o Estado do Paraná, que é a questão do ICMS sobre energia elétrica. Para nós é fundamental que consigamos fazer a mudança da tributação da energia elétrica. E que não seja mais o destino e sim a origem, porque são as duas exceções: o petróleo e a energia elétrica. E digo isso, deputado Serraglio, porque quando fui deputado federal, tem lá uma emenda. Era o Congresso Revisor, e eu apresentei uma proposta de emenda à Constituição, tirando isso da Constituição fazendo com que o Imposto fosse recolhido na origem. Só que sabemos dos lobbies que existem no Congresso Nacional e o lobby dos Estados que têm uma representação parlamentar muito maior. Não avançou, não conseguimos, também, o entusiasmo dos paranaenses. Acredito que esta é uma causa paranista: todos nós temos que nos somar, partidos políticos, que tem mandato, representantes da sociedade civil, governo, judiciário.

Todos numa grande caminhada, para que consigamos reverter esse quadro que são as duas únicas exceções e que hoje dão um prejuízo de 500 a 600 milhões de reais, salvo engano nos cálculos ao Estado do Paraná. E o que é mais doloroso, senhor secretário da Fazenda, é a perda que sofrem nos municípios, porque é uma coisa muito ingrata e eu tive a oportunidade de dizer isso ao autor da emenda lá na Constituição de 88, que era o então deputado José Serra. Foi ele o autor desta emenda e que proporcionou que o ICM sobre energia e sobre combustíveis fosse tributado no destino. Eu dizia que quando se faz a divisão do bolo entre os municípios, o que acaba acontecendo: todos os municípios acabam subsidiando o município que tem. Vejam só, os municípios que não sediam uma usina hidrelétrica ou não tem uma refinaria, na verdade quando eles contribuem com o seu valor agregado naquela cesta de ICMS, aqueles municípios que sediam as usinas ou refinarias, na verdade, entra só no papel o valor do ICMS que ela deveria recolher. Mas, na hora de dividir, eles dividem com os municípios que contribuem. Então, na verdade, isto é constitucional. Todos os outros municípios estão subsidiando aqueles que deveriam receber pelo ICMS, se esse fosse recolhido na origem.

Nossa luta não será fácil, eu sei, porque vivi 4 anos no Congresso Nacional, e sei quão difícil são essas batalhas. Mas temos que lutar! Acredito que é a oportunidade que o Paraná tem de reverter esta situação que é muito desfavorável. Os senhores imaginem, de 88 a 2003, começou a valer em 89, temos 14 anos da nova Constituição. Há 14 anos o Estado vem perdendo! E lembrávamos com o prefeito José do Carmo, prefeito de então, quando eu era prefeito de Guarapuava, o deputado José Maria Ferreira prefeito, também, que a cada nova turbina de Itaipu que entrava em funcionamento mais os outros municípios acabavam perdendo receita para Foz do Iguaçu. Nada contra Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu tem todo o direito.

Senhor presidente, agradeço pela sua compreensão e peço a todos os senhores que continuem somados nessa luta, que não será fácil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reni Pereira)

Pela ordem, com a palavra, o deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Diante das diversas explanações, a gente percebe que há uma unanimidade, que há uma vontade política em torno das reformas, principalmente da Reforma Tributária e as outras. E, pela primeira vez, no país, se fez uma proposta pactuada com todos os governadores deste país. Aqui alguém disse que a reforma é possível. Sabemos que há interesses de Estados que não abrem mão, infelizmente, de uma proposta que o José Serra fez, sim.

No ano passado, nós do PT éramos minoria. Hoje ainda somos e estamos trabalhando, fazendo um pacto para fazer as reformas possíveis para o momento, pela situação em que o país está.

Nós, realmente, sentimos que há uma vontade política de fazer com que as reformas aconteçam. Mas é bom que se diga que, realmente, o governo Lula está com uma disposição muito grande de debater com a sociedade. Já fez isso com os governadores, com os prefeitos. É natural que alguns municípios, alguns Estados vão sair no prejuízo, até porque não tem como agradecer a todo mundo.

Nós temos que fazer o justo para o momento; alguém sai perdendo e outro sai ganhando. Mas aqui já se disse que está se fazendo justiça tributária. Vai se tributar mais as maiores riquezas. Isso é um ponto, um princípio fundamental.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Reni Pereira)

Gostaríamos de esclarecer que, conforme convite formulado ao deputado Osmar Serraglio, ao Dr. Heron Arzua, que a Sessão se estenderia até às 17h00, já antecipadamente dizemos que eles, a partir das 17h00, estarão já dispensados por esta Presidência, e passamos a palavra ao deputado Dobrandino e agradecemos a compreensão das questões de ordem.

Gostaríamos de registrar o telegrama enviado pelo senador Osmar Dias, que “conforme desejo, face um compromisso inadiável assumido em Brasília, comunico a impossibilidade de estar presente. Conto com a compreensão e expresso agradecimentos a esta Casa”.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhor secretário Heron Arzua, nosso grande tributarista. Quero cumprimentar o deputado federal e ilustre deputado, brilhante no seu trabalho, Osmar Serraglio, agradecer pela sua presença; deputados aqui presentes, senhoras e senhores.

Eu tinha e tenho uma dúvida muito grande e estava inscrito para falar, trazer aqui a minha grande preocupação. Algumas delas já foram esclarecidas. O nosso ilustre deputado Osmar Serraglio e o próprio deputado Luiz Carlos Hauly, já argumentaram com relação a partir dos royalties de Itaipu, que isso não será objeto nessa discussão realmente, porque no meu ponto de vista não é uma matéria tributária os royalties, compensação financeira pelas áreas alagadas e pela usina de Itaipu. E aqui estão presentes os prefeitos trazendo essa preocupação e nós trouxemos realmente, como poderá ser prorrogada para frente, mas continuar a nossa preocupação. Mas, e os royalties, e o ICMS?

O meu município foi citado várias vezes e gostaria de levar essa preocupação, no Congresso Nacional, através do nosso brilhante e competente deputado Osmar Serraglio, dizer aos senhores deputados que a minha cidade de Foz do Iguaçu, da qual já fui prefeito por dois mandatos, na época começou a Itaipu Binacional, ela trazia menos de 25 mil habitantes e concluiu a Itaipu Binacional com uma população de quase 300 mil habitantes. E quero dar aqui alguns de muitos referendos aos senhores.

A Itaipu teve mais de 40 mil empregados e hoje tem dois ou três mil. A carga social está no meu município e uma delas por exemplo, o município de Foz do Iguaçu, em função do desemprego, do empobrecimento da população, banca 33 creches municipais com recursos do município. É a maior na proporção do Brasil, que banca o benefício social para a sua população. Em função de uma cidade, que 96% da população mora na área urbana, que a população explodiu, como eu disse, mais de dez vezes, mas o seu município, o território não aumentou. Pelo contrário, diminuiu com o alagamento da Usina de Itaipu,

Acho injusto na verdade, quando se fala, embora respeito a opinião de todos os nossos prefeitos, porque o prefeito que não defende o seu município, está cometendo inclusive uma ilegalidade. Ele tem que defender isso. Foz do Iguaçu ganhou na Justiça, no STJ, no Supremo Tribunal Federal, o direito de receber a integralidade do ICMS, porque o fato gerador é lá em Foz do Iguaçu, como é o direito da cidade de Curitiba arrecadar o ICMS, porque aqui estão as indústrias. No caso de São Paulo, por exemplo, a minha preocupação o Dr. Osmar já colocou muito bem para nós, o deputado Hauly já colocou, é o empobrecimento, a cada dia mais, dos municípios. E eu não tenho nenhuma razão de não falar de outra forma, senão essa, que é a grande preocupação desse Governo Federal que está aí é engordar os seus cofres e a cada dia mais, deixar os municípios mais pobres.

É preciso travar uma discussão neste Brasil. Pior do que está é impossível. Não tem que deixar para o mês que vem essa reforma. Se tiver que levar seis meses, um ano, que seja justa! Temos que reformar este País, mas uma reforma digna, Dr. Joarez, Dr. Osmar, da

forma que vai se conduzir, é preciso reformar a Previdência, claro. Ela faliu! Quem não sabe que a Previdência financiou a construção de Itaipu, e um monte de obras que financiaram lá fora, e que a maior roubalheira era na Previdência Social? Agora, será que nós é que temos que pagar? Esta é a minha preocupação e sei que é a preocupação de V. Exa. com a sua competência e o conhecimento que tem nesta área. Nos ajudem, para que os municípios não sejam realmente prejudicados. É complexo, é claro!

Mas, se tirar por exemplo o ICMS de Itaipu e diminuir os royalties, é bem possível que vá à falência no outro dia.

Quero dizer que esperamos que não se cometa injustiça com o município de Foz do Iguaçu, e o nosso prefeito pediu interdição, que perderam parte das áreas das suas terras e essa compensação financeira tem limite, não seja prejudicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Passamos agora à conclusão dos trabalhos. Com a palavra o senhor Maurílio Schimith, representando a Associação Comercial do Paraná e a FIEP. V. Sa. tem cinco minutos.

O SR. MAURÍLIO SCHIMITH

Senhor presidente e os demais componentes da Mesa Diretiva, senhoras e senhores.

Estou me sentindo aqui que nem o Garrincha recebendo uma preleção do Fiola. Olha, vocês vão jogar contra a Rússia assim: um sai para a esquerda e outro sai pela direita, o Garrincha perguntou no final: combinou com o adversário?

Na verdade estou aqui representando os contribuintes. Faço essa representação mais ou menos como substituto de três instituições: Instituto da Substituição Tributária, não conhecida por toso. Estou na verdade exercitando o Instituto da Substituição das Entidades de Classe, Associação Comercial, Federação das Indústrias e Federação do comércio. Não vou aqui raciocinar das Indústrias e Federação do comércio. Não vou aqui raciocinar sobre o ponto de vista político institucional, mas sim sobre o ponto de vista técnico.

Nós tivemos aqui nesta tarde diante de dois vaticínios. Um deles que foi proferido pelo nobre deputado Osmar Serraglio, dizendo que na seara do ICMS estar-se-iam fazendo elucubrações se alguém disse por ventura que possa haver aumento de carga tributária. Esse foi o primeiro vaticínio, aos suposto de que na ótica do nobre deputado, não haveria aumento de carga tributária na seara do ICMS.

No outro vaticínio, nos foi trazido aqui pelo deputado Hauly, dizendo de que se reformas acontecerem, elas proporcionarão um mandato duplo ao nosso presidente da República, Lula. Seja um mandato de 8 anos. Não diz - e daí as razões de que eu na verdade não vou fazer

qualquer especulação, quanto ao segundo vaticínio - se a Reforma Tributária encaminhada pelo atual Governo, ou a Reforma Tributária que ele preconiza.

Não mencionou quais das reformas ele pretende ver aprovada; não dá para especular se efetivamente o Lula vai permanecer 8 anos, ou somente os 4 anos.

Vou raciocinar no segundo vaticínio do nosso nobre deputado Osmar Serraglio. Eu não vislumbro absolutamente que não aconteça um aumento de carga tributária.

Vou registrar alguns pontos no campo do ICMS que ensejariam, um deles já foi citado pelo deputado Sciarra, certamente alguma elevação de carga. Quando o deputado Sciarra mencionou que existem diferenças de alíquotas para diferentes produtos dos Estados brasileiros, eu vou citar mais alguns: só pegar o óleo diesel, por exemplo, que no Estado do Paraná é 12% e em alguns outros Estados é 18%; pegar energia elétrica que no Paraná é 27% e no Rio de Janeiro é 30% ou 32%; sei que existe uma diferenciação de alíquota para uma série de mercadorias e serviços, e certamente no instante que se definirem as cinco alíquotas, elas serão moduladas para esses produtos, especificamente por cima e nunca por baixo.

Esse é um princípio que, certamente, vai prevalecer no instante em que o Senado se detiver na modulação das alíquotas. Uma outra elevação de carga se dará, seguramente, pela desconstitucionalização de um princípio que é muito caro no campo da doutrina tributária brasileira que é o princípio da não-cumulativa do ICMS. O que eu quero dizer com isso?

É que a emenda propõe remeter a definição do princípio da incomutatividade do ICMS para o campo da lei complementar. Hoje, esse princípio da não-cumulatividade está constitucionalizado, a lei complementar só pode enquanto a forma de explicitar ou de comandar o princípio da não-cumulatividade, o conteúdo desse princípio está constitucionalizado. Eu só lembro de que um dos maiores doutrinadores deste país no campo tributário, o saudoso professor Geraldo Ataliba, batia imensamente sobre esse princípio dizendo que a Constituição que confere direito de crédito de um imposto paga nas operações anteriores, não é a Portaria, não é a instrução, não é o regulamento, não é a lei, enfim, a Constituição que dá esse direito. Ele inúmeras vezes refletia sobre isso.

Ora, no instante em que se define ou que se transfere para lei complementar a definição do princípio da não cumulatividade, nós poderemos expandir por esse caminho enormemente a carga tributária do ICMS pelas inúmeras restrições de crédito que podem ser conferidas ao dia-a-dia dos contribuintes.

Tenho somente mais uma observação a fazer ao nosso nobre deputado federal, o único aqui presente neste instante, que certamente, depois das instituições que estou aqui representando, vão reduzir a termo todas as propostas que devem ser encaminhadas ao Congresso,

mas teria uma outra proposta para finalizar: que se altere o dispositivo do artigo 150 que cuida de fazer com que a lei explicita para os contribuintes ou exponha sobre reformas de demonstrar ao contribuinte o quanto ele está pagando de impostos. Isso está no parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição Federal, um parágrafo que foi introduzido pelo então deputado federal, Guilherme Afif Domingos com objetivo de tornar transparente a carga tributária para os consumidores finais.

Foi dito aqui pelo nobre secretário Heron Arzua, foi dito por outros oradores que me antecederam, de que nós temos hoje uma carga enorme sobre uma única canoa que se chama "faturamento das empresas". Formar preços neste país em cima dessa canoa é um negócio mais complicado, porque tudo, à exceção do IPI, todos os tributos que incidem sobre o faturamento (PIS, Cofins, ICMS, ISS), todos são calculados por dentro que aliás tem um dispositivo nessa Emenda Constitucional que constitucionaliza o critério de cálculo por dentro do ICMS, até para evitar que questiúnculas judiciais do tipo, olha, contribuintes de ICMS da energia elétrica de Santos começaram a discutir isso, alíquota nominal e legal do ICMS é 25%, mas alíquota real é de 33%.

Ora, ninguém, hoje, neste país, sabe o quanto paga, não vou nem perguntar o porquê se paga, mas no mínimo sabe o quanto paga. Então, que se modifique esse dispositivo, parágrafo 5º, artigo 150, colocando, embora isso implique em custos operacionais para explicitar um documento a documento fiscal, mas que se coloque em todos os tributos por fora e nenhum mais calculado por dentro, claramente, para o contribuinte, que é consumidor final, não é a pessoa jurídica, é bom que se diga logo, é pessoa física, nós consumidores que vamos pagar esses tributos todos que estão nos preços, quando se vai praticar um preço no mercado, que se saiba o que está pagando de PIS, de Cofins, de IPI, ICMS e no limite inclusive da CPMF. Porque a CPMF, não se iludam incide também sobre operações realizadas por pessoas jurídicas que são repassadas.

Eram as observações que eu teria no escasso tempo que me foi dado. Nós teremos inúmeras outras Emendas a oferecer ao Congresso e no devido tempo elas chegarão lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reni Pereira)

Esta Presidência agradece a V. Sa. e pede escusas pela gafe que não constava que o senhor também estaria representando a Federação do Comércio do Paraná. E, gostaríamos de chamá-lo junto aos ausentes que estão organizando essa Sessão, para participar junto da proposta do Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu sugeriria a V. Exa. que a Ata fizesse parte das propostas. A Ata que está sendo escrita através da

taquigrafia, fizesse parte das propostas para que pudéssemos documentar e encaminhar à comissão, ao relator.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Agradeço a sugestão e vamos encaminhar ao Departamento Legislativo, para que se proceda à elaboração do documento.

Passamos ao finalmente, para o último orador inscrito, Sr. Dante, representando a deputada Clair.

O senhor tem cinco minutos para as suas conclusões.

O SR. DANTE

Senhor presidente, senhores deputados, senhores prefeitos.

De forma bastante objetiva fui incumbido pela nossa Dra. Clair Martins, a trazer-lhes o posicionamento dessa parlamentar no que concerne às reformas

tributárias. Ela coloca-se sempre à disposição dos senhores e vai votar sempre para que numa reforma coletiva, numa emenda coletiva se beneficie o Estado do Paraná e o seu povo.

Então, a disposição da deputada Clair está nesse sentido. Ela sempre estará disposta a somar com as propostas que venham a beneficiar o povo paranaense e esse Estado que tanto contribui para a Nação.

Era isso que eu tinha a trazer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Reni Pereira**)

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente Sessão, convocando outra para amanhã, no horário regimental. Amanhã, Sessão Ordinária.

Levanta-se a Sessão.